



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

EFEITOS DA REURBANIZAÇÃO DAS CIDADES-SEDE DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO COTIDIANO DAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA

Patrícia de Vasconcellos Knöller

patriciaknol@ig.com.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Carlos Roberto Rodrigues Batista

croberto2002rb@yahoo.com.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

RESUMO

Os megaeventos esportivos representam oportunidades de revitalização e de mudança de configuração das cidades-sede. Neste sentido, os preparativos para os jogos esportivos cumprem dupla agenda: ao mesmo tempo permitem a modernização da infraestrutura urbana enquanto mudam a aparência das cidades. As desapropriações e remoções de moradores são inevitáveis neste processo, pela necessidade de abrir novos espaços urbanizados. Este artigo discute o deslocamento de moradores da cidade do Rio de Janeiro em função das obras de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, mostrando as incongruências da política estatal, em que se evidencia a vinculação de algumas das obras a interesses econômicos. A desocupação de áreas anteriormente habitadas por moradores de baixa renda, sem a correspondente contrapartida, contribui para a desigualdade e privilegia grupos econômicos que passam a deter os direitos sobre os espaços subtraídos dos antigos moradores. O cotidiano da população de baixa renda se modifica radicalmente: vive longe de seus locais de trabalho, em áreas com risco de violência, e tendo sua mobilidade prejudicada. O estudo é fundamentado na coleta de dados empíricos a partir de notícias na mídia e em documentação de demandas judiciais envolvendo situações de desapropriação. Os resultados da pesquisa apontam para uma cidade reurbanizada, na qual a qualidade de vida de parte da população se deteriorou, especialmente a dos mais pobres, enquanto a cidade ficou mais bonita sem se preocupar com seus habitantes.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

Sports mega events represent opportunities for revitalization and change of configuration of host cities. In this sense, the preparations for the sports games fulfill two agenda: at the same time allow the modernization of urban infrastructure while changing the appearance of cities. Expropriations and removals of residents are inevitable in this process, due to the need to open new urbanized spaces. This article discusses the displacement of residents of the city of Rio de Janeiro due to the preparation works for the 2016 Olympic Games, showing the inconsistencies of state policy, which shows the linkage of some of the works to economic interests. Unoccupying areas formerly inhabited by low-income residents, without the corresponding counterpart, contributes to inequality and favors economic groups that have the rights to the spaces subtracted from the former residents. The daily life of the low-income population changes radically: it lives far from its workplaces, in areas at risk of violence, and its mobility is impaired. The study is based on the collection of empirical data from news in the media and documentation of lawsuits involving situations of expropriation. The results of the research point to a redeveloped city, where the quality of life of the population deteriorated, especially the poorest, while the city became more beautiful without worrying about its inhabitants.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos. Remoções. Efeitos.

Keywords: Olympic Games. Removals. Effects.

I. Introdução

Com o encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016, comemorado em grande estilo no estádio do Maracanã, na Cidade do Rio de Janeiro, em mais uma megacerimônia oficial, o mundo passaria a assistir, em meio ao quadro de medalhas distribuídas aos atletas vencedores, um “legado olímpico” difícil de ser superado ou esquecido.

Desde 2007 a candidatura da cidade do Rio de Janeiro defendia como argumentos principais para sua escolha perante o Comitê Olímpico Internacional (COI) o fato do ineditismo de realização do evento na América do Sul, bem como o favorável momento econômico que existia no Brasil naquela época.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ignorando análises de especialistas, que não viam com muito otimismo o mesmo momento, sinalizando que o Brasil na realidade apontava uma falta de planejamento econômico estratégico de longo prazo, comprometendo sua competitividade em âmbito interno e diante de outros países, e ainda aliado à (tradicional) interferência político-partidária nas decisões econômicas, mais preocupadas em atender a acordos governistas de cavalheiros do que conduzir seriamente o país a uma retomada de seu crescimento.

Em 2009, após longa campanha, a cidade do Rio de Janeiro foi finalmente escolhida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para sediar as Olimpíadas de 2016. Desde então, o panorama político-econômico-social dos brasileiros tornou-se ainda mais (negativamente) impactado, quando o país passou a direcionar esforços megalomaniacos para atender às exigências do COI para garantir a infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos, e ainda, antes destes, a realização da Copa do mundo de Futebol de 2014.

No mesmo ano de 2009 teve início o primeiro mandato de Eduardo Paes, então prefeito do Rio de Janeiro, que passou a concentrar esforços no sentido de introduzi-la no fluxo das cidades globais, o que os discursos políticos diziam ser sua vocação natural enquanto cidade.

Neste momento teve início o maior processo de remoções forçadas da história da cidade do Rio de Janeiro, em que se (sub)estima que 100 mil pessoas foram desalojadas de suas moradias, em situações de pouco ou nenhum diálogo e reassentadas em sua grande maioria em locais muito distantes da moradia original.

Nos novos locais de reassentamento, as pessoas passam a enfrentar problemas e riscos que não faziam parte de seu antigo cotidiano. O que abre uma reflexão quanto à (in)efetividade de políticas públicas que os governantes dizem executar pretendendo melhorar a vida das pessoas, mas sem antes consultar os principais envolvidos.

II. Marco teórico

Este trabalho se utiliza de conceitos da teoria urbana crítica de David Harvey, especificamente em seu olhar quanto ao “empresariamento da gestão urbana”, que considera que as políticas públicas aplicadas pelas governanças capitalistas têm em vista “muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico” (1996, p. 53).

Ainda se utilizando da crítica de Carlos Vainer que, na mesma esteira de Harvey, considera que a lógica aplicada aos megaeventos, que em nada diferiu na realidade brasileira, propõe uma reflexão sobre o capitalismo e suas mudanças ao longo do tempo e o papel desempenhado pelas cidades no capitalismo contemporâneo. Para o autor, a repercussão destas mudanças influencia na maneira como o capitalismo projeta sobre o território as novas formas do capital, como a visão da “cidade mercadoria”, que passa a desenvolver iniciativas para atender a grupos econômicos. Numa lógica empresária, a cidade flexibiliza suas regras para aproveitar todas as formas de negócio, a ponto de torna-la uma “cidade de exceção” (2016, p. 28) dos direitos à própria cidadania.

III. Metodologia

A proposta é a de uma pesquisa bibliográfica, com foco também na mídia digital, cujo ponto de partida recai na identificação de áreas e populações atingidas pelas desapropriações por utilidade pública para fins urbanísticos, marco inicial de atuação do poder público para a consecução das obras e preparativos para realização dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se identificar e analisar os impactos provocados com as alterações promovidas, dentre eles as populações removidas, bem como sua destinação, a mobilidade urbana, a especulação imobiliária e a consequente gentrificação.

IV. Análise e discussão de dados



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1.O contexto da revitalização urbana e os megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro

Megaeventos esportivos representam oportunidades para as cidades e suas populações. Ao implementar uma dupla agenda, modernizando a infraestrutura e promovendo uma nova imagem pública da cidade traduzida em arquitetura inovadora de nível internacional, os governos em associação com o empresariado modificam a face das cidades. Estas revitalizam e dão saltos urbanísticos difíceis de atingir em ritmos normais.

O que se espera das obras de megaeventos esportivos é que a vida das pessoas fique melhor depois que os jogos terminam e se apagam as luzes dos espetáculos. Os visitantes e turistas se vão e, para os cidadãos, espera-se que tenham um ganho em questões cruciais como maior mobilidade, com habitações modernas para aqueles que foram desalojados de seus espaços. Minimamente, condições de vida melhores para todos.

De forma quase inevitável, a redefinição territorial envolvida nos projetos de reabilitação urbana, que acompanha as obras de infraestrutura necessárias aos preparativos dos megaeventos esportivos, esbarra quase sempre na questão das desapropriações e remoções de populações que ocupam estas áreas. E costumam ser o ponto de partida para a atuação estatal. Ainda que o ideal seja a proposta de revitalização das áreas com inclusão de suas populações tradicionais ou que já habitem nestes territórios.

Logo, é imprescindível que a política pública definidora da reorganização urbanística também considere os efeitos da questão social do desalojamento de pessoas. Sendo imperativo o atendimento ao interesse público legítimo, e não ao partidário ou a favorecimentos privados, para a utilização drástica da desapropriação e consequente remoção forçada de pessoas, que devem ser sempre de manejo excepcional para quando não houver outra solução mais viável.

No caso do Rio de Janeiro, ao revés, parece que a política de remoções, seja de forma direta e forçada pelo Estado, ou indireta, através da gentrificação, tornou-se uma marca registrada da política pública para a revitalização da cidade.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Apesar de atingir um expressivo número de famílias, a revitalização da zona portuária do Rio foi alçada ao centro da política urbanística da Prefeitura, que a considerava um projeto absolutamente estratégico para o futuro da cidade, quando se resgataria o Centro do Rio de Janeiro¹. Era um projeto antigo, mas que não encontrava viabilidade nas gestões administrativas anteriores e que foi finalmente desencavetado com a oportunidade dos investimentos em infraestrutura decorrentes dos preparativos dos megaeventos esportivos na cidade.

Em 2010, ocasião da apresentação do projeto arquitetônico do Museu do Amanhã, que foi construído naquela área, o prefeito discursou sobre sua convicção em estar acertando na efetivação do projeto, buscando “unir as partes para que pudessem dialogar”, promovendo “debates com arquitetos, com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional) e diversas pessoas que contribuíram muito para a concretização desse projeto”².

Mas nestes “debates” não houve a participação efetiva de qualquer representante das comunidades que foram atingidas pelas remoções. As audiências públicas realizadas (perante a Câmara de Vereadores e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, por exemplo) foram apenas pró-forma, para mera apresentação do projeto Porto Maravilha e suas intervenções urbanísticas³. Contrariando, portanto, as diretrizes gerais da política urbana impostas por lei federal (Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01), cuja operação urbana consorciada

¹ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=894709>>. Acesso em 26/06/16.

² Idem.

³ Em 2012 foi criado um Conselho Municipal, para atender ao requisito de participação da sociedade civil por ocasião da elaboração do plano estratégico da cidade, “composto por 150 pessoas, selecionadas, de acordo com a administração municipal, ‘pela sua reconhecida contribuição pessoal e profissional, bem como sua dedicação e identificação com o Rio de Janeiro’. No entanto é curioso que ao lado de artistas, designers, arquitetos e decoradores, proprietários de boate, pessoas da indústria naval, médicos e presidentes de clubes de futebol, é possível encontrar representantes dos setores com interesse direto nos projetos e empresas que têm transformado a cidade em um grande canteiro de obras” (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, tradução do original em inglês).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desenvolvida pelo Município do Rio de Janeiro estava obrigada a seguir⁴, e cuja lei impõe uma “gestão democrática da cidade” através de “debates, audiências e consultas públicas”.

Para implementar o que seria o resgate da região portuária, o que se daria a partir de obras voltadas à promoção turística na região, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) passou a remover as famílias de sem-teto que ocupavam imóveis abandonados e em franco descumprimento da função social.

De forma que finalmente a cidade do Rio de Janeiro pudesse então aceder à “coerção exercida pela competição interurbana” no fluxo de cidades globais, ao custo de seus “impactos regressivos na distribuição de renda, volatilidade no interior da rede urbana e a qualidade efêmera dos benefícios trazidos por muitos projetos” que buscam uma “concentração no espetáculo e na imagem, mais do que no conteúdo dos problemas econômicos e sociais” (HARVEY, 1996, p. 62).

2.A política de remoções na região portuária do Rio de Janeiro

Já recaíam decretos municipais sobre alguns dos imóveis ocupados pelos sem-teto, declarando-os de utilidade pública para fins de desapropriação e destinando-os à implantação de agrupamentos habitacionais voltados para a construção de habitações populares. Mas em muitos casos, mesmo após o pagamento de vultosas indenizações aos proprietários dos imóveis, estes não foram destinados ao assentamento das comunidades que já os ocupavam há vários anos. Muitas áreas sequer foram utilizadas, não justificando, portanto, a remoção dos moradores.

Não foi cumprida a uma anterior determinação federal (Lei nº 11.124/2005) de atribuir prioridade à política de promoção de habitação de interesse social, com a destinação de imóveis vazios da União para esta finalidade.

⁴ O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111/2011), disciplinando as normas específicas para as intervenções urbanísticas na cidade, só surgiria quase oito meses depois da apresentação do projeto arquitetônico com as modificações na região portuária. E este também prevê mecanismos de “participação pública efetiva e continuada através dos Conselhos Municipais, Conferências da Cidade, Audiências Públicas e da disponibilização ampla de informações qualificadas sobre a Cidade”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tomando-se por recorte geográfico a região central da cidade, mais especificamente a região portuária, o plano urbanístico para a revitalização daquela área, desenvolvido pelo Projeto Porto Maravilha em conjunto com o Projeto Morar Carioca⁵, implicou na remoção de sete comunidades, atingindo diretamente cerca de 605 famílias⁶, distribuídas entre o Morro da Providência (140 famílias); Ocupação Machado de Assis (150 famílias); Ocupação Flor do Asfalto (30 famílias), Ocupação Boa Vista (35 famílias); Ocupação Zumbi dos Palmares (133 famílias); Ocupação Carlos Marighela (47 famílias) e Ocupação Casarão Azul (70 famílias).

Não há como precisar o número total de famílias removidas em toda a cidade por conta das obras de infraestrutura para a realização dos megaeventos esportivos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Não há transparência na divulgação oficial dos dados e as remoções já vêm ocorrendo desde a preparação dos Jogos Panamericanos de 2007. Estima-se que mais de 77.206 pessoas tenham sido removidas só na cidade do Rio de Janeiro⁷.

Oficialmente, o governo não se utiliza do termo “remoção” para se referir à retirada de famílias de sem-teto da região central da cidade, o que teria uma conotação de “quando as famílias são retiradas à revelia do imóvel e não são dadas condições de transição para elas”⁸. Também não

⁵ Para mais informações, ver:

<<http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/e4a9a9faf91836f5c586225108b4431a.pdf>>;

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>>.

⁶ Aqui consideradas apenas as famílias cujas informações obtidas baseiam-se em dados concretos, e não em estimativas. Há relatos de outras comunidades, como o caso da Ocupação da Rua do Livramento, cuja estimativa era de uma comunidade de cerca de 400 famílias que permaneceram ocupando imóveis privados na região central da cidade durante cerca de cinco anos, mas sem dados precisos quanto ao número exato de famílias que a integrava. Dados são da ONG FASE, disponível em: <https://issuu.com/ongfase/docs/fase_we>. Acesso em 10/05/2015.

⁷ Disponível em: <<https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>>. Acesso em 10/12/15.

<https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf>. Acesso em 20/10/15.

<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf> Acesso em 20/10/15.

⁸ Disponível em: <<https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/explicando-desapropria%C3%A7%C3%A3o-reassentamento-remo%C3%A7%C3%A3o-f5c86fe100e1>>. Acesso em 05/10/2015.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

reconhece nenhum caso de reassentamento daquela população como decorrente dos preparativos para as instalações esportivas criadas em função dos megaeventos realizados na cidade. O argumento oficial é no sentido de “realocação de famílias para assegurar a integridade física da população submetida a algum tipo de deslizamentos de terras, áreas passíveis de alagamentos e imóveis em condições precárias de insalubridade e ruína”^{9 10}.

Das sete comunidades tradicionais da região portuária, apenas a que pertence ao Morro da Providência, a favela mais antiga da cidade, não foi completamente removida. Nas demais, seus moradores foram completamente deslocados e nos procedimentos de remoção não foram consideradas as necessidades ou vínculos das famílias.

A começar pelo desrespeito de norma legal expressa que garantia aos removidos o direito ao reassentamento em áreas próximas do antigo local de moradia¹¹. O que representou apenas mais um capítulo em meio à “personalização do poder” e “regulações *ad hoc* e flexíveis”, que se tornaram muito comuns em tempos de afirmação do modelo da “cidade de exceção” como “uma forma nova de regime urbano” (VAINER, 2016, p. 28).

E apesar dos esforços da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através da atuação do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), órgão criado para promover a assistência jurídica de

⁹ Disponível em: <<https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/os-casos-emblem%C3%A1ticos-do-rio1b7f4b3f6054#.v0s6xbmq>>. Acesso em 05/10/2015.

¹⁰ O argumento oficial de risco geotécnico para remoção de famílias no Morro da Providência foi contestado em um contra-laudo, disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/wp-content/uploads/2012/04/Relato%CC%81rio-Morro-da-Provid%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 20/11/16.

¹¹ A própria Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, assim dispõe:

Art. 429 – A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:

IV – urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: a) laudo técnico do órgão responsável; b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

comunidades de baixa renda, que patrocinou várias medidas legais de tutela coletiva junto ao Poder Judiciário na tentativa de conter as ilegalidades e abusos cometidos contra aquelas pessoas¹².

Muitas famílias que antes pertenciam a uma mesma comunidade foram divididas conforme critérios que nunca foram esclarecidos e reassentadas em áreas muito distantes umas das outras.

Não houve a preocupação governamental de manter uma coesão entre os moradores destas comunidades, muitos com vínculos de muitos anos de convivência e relações de solidariedade diante de muitas outras dificuldades enfrentadas.

A maioria dos reassentamentos estão em conjuntos habitacionais integrantes do Programa Minha Casa Minha Vida¹³ (PMCMV), construídos na zona oeste da cidade, em locais distantes de 40 a 60 Km da região central da cidade¹⁴ e cuja área é tradicionalmente carente de toda espécie de

¹² Em 2011, houve até mesmo um desmantelamento estrutural e sem precedentes do NUTH, com a transferência para outros municípios dos defensores públicos que atuavam nos processos relativos às ocupações por sem-teto que buscavam meios legais que lhes garantissem a permanência na região central da cidade. Com a ruptura abrupta do Núcleo, “não foi permitida a transição do conhecimento dos processos e atendimentos em curso à nova equipe de profissionais” que passou a integrar o NUTH. As famílias passaram a não contar mais com defesa técnica diante das imposições governamentais para sua retirada do local, o que aumentou ainda mais sua condição de vulnerabilidade social. Conforme: <<https://comitepopulario.wordpress.com/2011/05/04/carta-aberta-as-comunidades-as-entidades-e-aos-movimentos-parceiros-do-nucleo-de-terras-e-habitacao-da-defensoria-publica-rj/>>. Acesso em 12/03/2015.

¹³ Política habitacional lançada em 2009 pelo governo federal, com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no país, através do financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. No caso dos reassentamentos devido às remoções em função dos megaeventos esportivos, as famílias se situam na Faixa 1 de financiamento, que compreendia uma renda mensal de até R\$ 1.600,00 reais (em valores atualizados, R\$ 1.800,00), com subsídio integral custeado pelo governo e cuja garantia da dívida é o imóvel que será adquirido.

As famílias desta faixa de financiamento arcam com o pagamento de uma prestação mensal de R\$ 50,00 durante um prazo de 120 meses (atualmente, para novos contratos do programa, a taxa mensal varia de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, dependendo da renda bruta familiar). Mas este não é o caso das famílias reassentadas, que não arcam com o pagamento dos imóveis, já que estas obtiveram subsídio integral. Entretanto, os reassentados estão obrigados ao pagamento da taxa condominial mensal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida>. Acesso em 10/06/15.

¹⁴ As alternativas ao reassentamento dos moradores sem-teto em conjuntos habitacionais construídos em áreas longínquas seriam a opção de compra assistida de imóveis na zona central ou em outras áreas da cidade, ou indenização, incluindo o aluguel social. Entretanto, as propostas indenizatórias eram muito baixas, recaindo apenas sobre o valor das benfeitorias já que os moradores tinham a posse precária, não lhes permitindo adquirir outro imóvel nas áreas centrais da cidade. Tampouco o valor do aluguel social (R\$ 400,00, em valores atualizados), a ser custeado pelo Município do Rio de Janeiro durante um período de doze meses. Disponível em: <<https://medium.com/explicando-a>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

serviços públicos¹⁵.

Não houve um preparo de infraestrutura e serviços básicos na maioria das regiões onde se deram os reassentamentos na cidade. Os bairros já não davam conta de atender os moradores locais e passaram a ficar sobrecarregados com o aumento da demanda de famílias que foram deslocadas para lá de uma hora para outra, acarretando problemas como falta de vagas em escolas, creches e na rede de saúde públicas, desabastecimento de água e rede de esgoto frequentemente entupida e jorrando a céu aberto, enchentes constantes ocasionadas por acúmulo de lixo e detritos que não são recolhidos com frequência.

Como bem observado por Rolnik (2015, p. 312), “se o programa (MCMV) passou a atingir uma camada da população que historicamente não era atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado por elas, reproduzindo o padrão periférico”, com todos os seus problemas.

O transporte público na zona oeste da cidade já era um problema crônico. Muitos núcleos familiares sofreram rompimentos bruscos devido à necessidade daqueles que tinham empregos na região central da cidade continuarem próximos de seus postos de trabalho. Há casos de arrimos de família que se viram obrigados a enviar seus familiares, como os pais e os filhos, para os reassentamentos, enquanto tinham que encontrar meios de “viração” para garantirem a proximidade entre moradia e emprego, vital para o sustento daquelas pessoas, já que os gastos com os longos deslocamentos em transportes públicos se tornariam inviáveis.

pol%C3SADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura?os-casos-emblem%C3%A1ticos-do-rio-1b7f4b3f6054#.x0mpjthx8>. Acesso em 05/10/2015.

¹⁵ A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi a primeira no Brasil a assinar, em 2009, o Termo de Adesão ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Esta parceria colocou o Rio como campeão na produção de unidades habitacionais. A cidade tem, hoje, cerca de 80.404 unidades habitacionais contratadas junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Dessas, 35.023 unidades são para famílias com renda de até R\$ 1.800,00, incluindo unidades para famílias reassentadas e escolhidas por sorteio. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/minha-casa-minha-vida>> Acesso em 20/11/2015.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

À época das remoções, órgãos governamentais alegavam que estavam atuando para a melhoria do problema da (i)mobilidade urbana de forma a solucionarem os transtornos causados pelos longos deslocamentos que estavam impondo a estas pessoas. E propagandeavam a influência dos megaeventos esportivos na cidade como catalisadores de oportunidade de investimentos públicos para as obras de expansão do transporte rodoviário de massa, o que seria o “maior legado olímpico” para a cidade¹⁶.

Em contrapartida, em 2014, conforme análise sobre serviços públicos e a mobilidade urbana na ótica do sistema de inovação e da melhoria das condições de cidadania, Melo (2015, p. 427) já alertava que

A estratégia de atração de megaeventos como forma de realizar os investimentos que precisam ser realizados, mas nunca foram, pode não dar certo. O exemplo do Rio de Janeiro é paradigmático dessa estratégia. A “cidade para os megaeventos” busca melhorias pontuais de serviços públicos que não resolvem os problemas estruturais. A implantação dos sistemas de Bus Rapid Transport (BRT) e Bus Rapid Service (BRS) é exemplo dos alívios temporários e pontuais em um sistema que já se encontra operando acima do limite. Dadas suas especificações técnicas, eles oferecem pouca margem para crescimento. São mais do mesmo. Podem atender aos requisitos de transporte para os Jogos Olímpicos, mas não aos da cidade. São os Jogos Olímpicos que têm que se adequar às necessidades da cidade e não esta a eles. E, além disso, atendem aos interesses das empresas de ônibus, que prestam esse péssimo serviço sem que os órgãos reguladores estaduais e municipais se manifestem e sem que a concorrência de outros modais de transporte público as obrigue a melhorar.

Após o encerramento dos Jogos Olímpicos na cidade, pouco melhoraram as dificuldades enfrentadas pela população pobre que necessita realizar longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa por meio do sistema viário de BRT, que era a grande promessa de melhoria em mobilidade urbana.

¹⁶ Conforme: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2016/06/integracao-urbana-e-um-dos-maiores-legados-da-rio-2016>>. Acesso em 20/09/16.
<<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/08/olimpiada-do-rio-pode-deixar-legado-na-mobilidade-urbana-e-infraestrutura.html>>. Acesso em 20/09/2016.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No momento em que escrevemos este material os jornais noticiam a prisão do ex-Secretário de Obras da Prefeitura do RJ, a pedido da força-tarefa da Operação Lava-Jato, acusado de comandar um esquema de propinas envolvendo obras do BRT Transbrasil^{17 18}.

A prioridade de comprometimento na facilitação de acesso aos serviços públicos para a população, que justificaria a imperiosa intervenção do poder público na ocupação do espaço, através das obras de reurbanização que levaram a remover grande número de pessoas, revelou-se na verdade um engodo, envolvendo um grande esquema de corrupção a serviço da democracia direta do capital (VAINER, 2016, p. 46).

Atualmente, devido à situação de crise econômico-financeira que atinge o país, com um índice de desemprego que atinge 12,4% da população ativa, o que equivale a mais de 12,9 milhões de brasileiros¹⁹ e um colapso nas contas públicas em todas as esferas de governo, muitos dos pretensos benefícios que restariam como legado dos megaeventos esportivos à população estão comprometidos porque não garantem acessibilidade permanente aos mesmos. Por exemplo, investiu-se na construção de corredores expressos de ônibus que hoje circulam com problemas de superlotação e falta de manutenção da frota e das vias de circulação.

¹⁷ Esta foi a segunda vez que o ex-secretário foi preso sob a mesma acusação de envolvimento em corrupção. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ex-secretario-de-paes-alexandre-pinto-volta-a-ser-presopela-lava-jato-no-rio.gh.html>>. Acesso em 23/01/2018.

<<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pf-cumpre-mandados-em-mais-um-desmembramento-da-lava-jato-no-rio.gh.html>>. Acesso em 23/01/2018.

¹⁸ Não é nosso objetivo aqui adentrar em detalhes do que já é notório e considerado o maior escândalo de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil, envolvendo grandes empresas de infraestrutura e as maiores empreiteiras do país, além do envolvimento da Petrobrás e muitos executivos e políticos, cujos desdobramentos já envolvem acordos de cooperação internacional em quarenta países. Limitamo-nos a relacionar o descaso das políticas públicas que foram executadas na cidade do Rio de Janeiro e possibilitadas pelo alinhamento das esferas federal, estadual e municipal em função dos compromissos assumidos para a realização dos megaeventos esportivos. Conforme: <<http://www.dw.com/pt-br/a-expans%C3%A3o-internacional-da-lava-jato/a-37037158>>. Acesso em 23/01/2018.

¹⁹ Dados são de setembro de 2017, conforme o IBGE. Disponível em: <<https://br.advn.com/indicadores/pnad/2017>>. Acesso em 01/11/2017.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

3. Um cotidiano de efeitos colaterais para a população de baixa renda nos novos locais de reassentamento

As famílias que foram reassentadas em conjuntos habitacionais do PMCMV, em áreas muito distantes de seus locais de origem e desconectadas das áreas centrais da cidade, além do transtorno diário com o sucateamento dos transportes urbanos de massa, como ônibus e trens, e aumento do tempo de deslocamento e desgaste físico e mental, ainda passaram a acumular um cotidiano de problemas que antes não faziam parte de suas vidas.

Mesmo que não houvessem outras implicações, esta população já sofria os efeitos de um processo de desfiliação social (CASTEL, 2005, p. 32; VALENCIO, 2010, p.758), devido a ruptura brusca com os vínculos e referenciais simbólicos que antes faziam parte de seu sentimento de pertencimento social. Realocados em locais distantes de suas relações familiares e sociais, em locais onde não escolheram estar e com muitos empecilhos a estar onde gostariam de poder exercer sua cidadania.

A maior insatisfação da população reassentada na zona oeste da cidade consiste primeiramente no afastamento das oportunidades e facilidades de infraestrutura da região central, de onde foram removidos. De onde retirar meios de sustento era mais fácil, seja pela maior oferta de empregos, seja pelo trabalho informal.

A maioria das famílias reassentadas na zona oeste já era beneficiária de alguma ajuda social do governo federal, como o Programa Bolsa Família²⁰, que atualmente paga o valor mais básico para a família que possui renda per capita de até R\$ 85,00 mensais, o seu equivalente em dinheiro, o que se refere a famílias em situação de extrema pobreza.

Se considerarmos que uma família dependente desta ajuda minimiza seus gastos com transporte porque reside próximo ao seu posto de trabalho, ou em áreas onde precisa se deslocar

²⁰ O programa possui várias faixas de atendimento, com variáveis que aumentam o valor do benefício de acordo com a situação familiar, como variável gestante, variável nutriz ou vinculada ao adolescente. Disponível em: <<http://calendariobolsafamilia2016.org/bolsa-familia-2018/>>. Acesso em 02/01/2018.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

com frequência, fácil deduzir o quanto essa família será negativamente impactada se a distância atual de sua moradia ficar aumentada em 40/60 Km.

Muitos moradores que tinham empregos nas áreas mais nobres da cidade, como a zona sul, ficaram desempregados por conta do aumento de gastos com os transportes, porque se tornaram dispendiosos para o empregador, que tem que arcar com o seu vale-transporte.

Outra despesa importante que o poder público gerou para os reassentados consiste na obrigação de pagamento da taxa condominial nos conjuntos habitacionais onde passaram a residir, somado ao pagamento das tarifas de serviços públicos.

A SMH-RJ inseriu em um regime condominial, através dos conjuntos habitacionais do PMCMV, uma população que pertencia a comunidades de sem-teto ou a favelas em situação de bastante precariedade. Mesmo que beneficiários de tarifas sociais, não contam com isenção de seu pagamento e, portanto, mais uma despesa para quem já vive com muito pouco.

Quase a totalidade dos conjuntos habitacionais do PMCMV no Rio possui altas taxas de inadimplência da cota condominial e a maioria dos titulares beneficiários de serviços públicos está negativada nos serviços de proteção ao crédito porque não tem como pagar as contas de água e luz.

Ainda há problemas devido a SMH ter realocado num mesmo conjunto habitacional famílias reassentadas (que não pagam pelos imóveis) e famílias sorteadas para o financiamento de seus imóveis (e, portanto, pagantes), onde a convivência acaba por não ser pacífica devido à inadimplência dos reassentados, que acaba por sobrecarregar aqueles que pagam pela manutenção das despesas comuns do local de moradia²¹.

²¹ Uma solução proposta pelos próprios moradores dos condomínios que podem pagar pelo fornecimento do serviço público de água, foi pleitear junto à SMH que se alterasse a forma de cobrança pelos serviços, através de cobrança individual por tarifa social, a partir da instalação de hidrômetros individualizados por apartamento, de modo que apenas o consumo de água das áreas comuns seja pago pelos condomínios. Foi uma maneira de buscar solucionar atritos e diminuir o prejuízo de quem ficava sem água pela inadimplência dos vizinhos no rateio das despesas condominiais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mesmo que a intenção governamental tenha sido a melhor possível, buscando uma melhor inserção e integração social dos reassentados, proporcionando-lhes uma convivência com famílias de melhor poder aquisitivo, o resultado tem sido o oposto, com segregação e marginalização dos reassentados nos moldes de *Os Estabelecidos e os Outsiders*²² (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Aos muitos problemas listados, ainda há inúmeras denúncias acerca da exposição dos moradores dos condomínios da zona oeste à influência de milicianos e traficantes de drogas que dominam a região²³.

Não houve cuidado ou medida protetiva do governo quando realizou a transferência compulsória das pessoas que antes residiam em áreas controladas por facção criminosa rival da área para onde estavam sendo destinadas²⁴. Há relatos de comunidades que foram recepcionadas com dizeres de boas-vindas deixados por criminosos nos muros dos conjuntos habitacionais²⁵.

²² Quando a “sociodinâmica da estigmatização” (p. 23) se faz presente na desqualificação que os moradores que podem pagar pela moradia fazem dos reassentados, como se não devessem estar ali em convivência com eles.

²³ Conferir: <<http://bandnewsfmrio.com.br/editoriais-detallhes/traficantes-impoem-medo-aos-moradores-de-conj>>. Acesso em 20/01/2017.

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/quatro-pessoas-sao-presas-em-operacao-contramilicias-no-rio.html>>. Acesso em 05/09/2016.

<<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/183251/Minha-Casa-Minha-vida-est%C3%A1-abandonado-em-Camar%C3%A1.htm>>. Acesso em 05/09/2016.

<<http://extra.globo.com/casos-de-policia/todos-os-condominios-do-minha-casa-minha-vida-no-rio-sao-alvos-do-crime-organizado-15663214.html>>. Acesso em 10/09/2016.

<<http://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-de-conjuntos-do-minha-casa-minha-vida-em-senador-camara-sofrem-com-acao-simultanea-do-traffic-da-milicia-15712204.html>> 20/01/2017.

<<http://www.folhapolitica.org/2014/01/minha-casa-minha-vida-enfrenta.html>>. Acesso em 10/09/2016.

²⁴ Por exemplo, no entorno do complexo de conjuntos habitacionais de baixa renda no bairro de Senador Camará, zona oeste da cidade, onde somam quase quinze mil famílias, estão situadas as favelas de Vila Aliança, Taquaral, Rebu e Sapo, todas ocupadas por facção rival a que atua na região central da cidade, de onde vieram os moradores reassentados. Sobre facções criminosas no RJ, conferir: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/politica,as-faccoes-criminosas-do-rio-de-janeiro,280863>>. Acesso em 11/11/15.

²⁵ Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/na-zona-oeste-milicia-domina-38-conjuntos-do-minha-casa-minha-vida-ate-pinta-seu-simbolo-nos-condominios-15701296.html>>. Acesso em 09/06/16.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Não bastassem as agruras diárias de preocupação com meios de garantir a própria sobrevivência e de suas famílias com um orçamento que na maioria das vezes não é suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação, os reassentados ainda se veem reféns de extorsão e sérias ameaças por parte do crime organizado que atua naquela região.

Obrigados a pagar por serviços de internet, tv a cabo, botijões de gás e itens de cesta básica em valores muito superiores ao comércio formal. O que os obriga a desembolsar de R\$15 a 30,00 mensais, dependendo do condomínio. Taxa que se estende também a todos que prestam algum tipo de serviço ali, como mototáxis, entregadores de compras, camelôs, cujo valor vai aumentando conforme o serviço oferecido, podendo chegar a R\$ 450,00 para aqueles que fazem transporte alternativo no local²⁶.

Atualmente parece existir um tipo de acordo entre milicianos e narcotraficantes que atuam na zona oeste da cidade, o que contribui para que os moradores ali enfrentem um *panóptico* (FOUCAULT, 1987; BENTHAM, 1791) onde se sentem sob constante vigilância e opressão²⁷. Inclusive, há denúncias sobre atuação de síndicos a mando de milicianos, exercendo controle sobre os moradores e atuando como canais de comunicação com os criminosos²⁸.

²⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/milicia-lucra-r-27-milhoes-por-mes-com-taxas-cobradas-de-vans-no-rio-diz-mp.ghtml>>. Acesso em 30/01/2018.
<<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/382605838/apelacao-apl-4801736020088190001-rio-de-janeiro-central-de-assessoramento-criminal-cac/inteiro-teor-382605841>>. Acesso em 15/09/2017.
<<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/09/26/policia-civil-desarticula-milicia-que-atuava-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 15/09/2017.

²⁷ Conforme noticiado nas mídias sociais, hoje vigora algum tipo de acordo entre milicianos e traficantes, no sentido de não atrapalharem os “negócios” uns dos outros, o que na prática consiste em alguma forma de facilitação para ambos os grupos, como a milícia permitir que o tráfico continue com pontos de venda de drogas em determinadas comunidades da zona oeste em troca de pagamento de taxas.

²⁸ Farto material sobre a atividade da Milícia no Rio de Janeiro pode ser consultado em:
<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/para-nao-chamar-atencao-milicia-do-rio-muda-forma-de-assassinar-vitimas.html>>. Acesso em 10/09/2016.
<<https://rionarua.wordpress.com/2013/08/10/milicia-chega-a-presidencia-da-cpi-dos-onibus/>>. Acesso em 10/09/2016.
<<https://www.tni.org/files/download/crime4p.pdf>>. Acesso em 11/11/2015.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Forçosamente há que se concluir que nos reassentamentos onde não houve respeito à questão da proximidade com a antiga moradia, que foi a regra, o poder público atuou de forma a aumentar a situação de vulnerabilidade social das famílias, sob o pretexto de proporcionar-lhes melhores condições de moradia.

Pesquisa realizada em 2013 pelo Observatório das Metrôpoles²⁹ já concluía que na visão de moradores não reassentados (mas que financiaram suas moradias) do PMCMV na zona oeste, muitos reconhecem melhores condições físicas da moradia atual, vivendo em imóveis melhores, o que lhes proporciona uma melhoria em sua qualidade de vida. Ainda que relacionem também aspectos negativos, como por exemplo o fato de que

não resolve problemas estruturais que marcaram o processo de urbanização no Brasil, em que classes populares seguem em áreas com problemas de infraestrutura e espacialmente segregadas das áreas mais dinâmicas da cidade e onde são conduzidas para empreendimentos residenciais que não contemplam a diversidade e a heterogeneidade de suas práticas sociais. (...)

Dificuldades financeiras, precarização no acesso a comércio, serviços e transporte, reestruturação nas redes de solidariedade, não reconhecimento das formas de sociabilidade e práticas sociais do público-alvo do programa.

Estas são queixas comuns também aos reassentados. Entretanto, percebe-se que o índice de reconhecimento e satisfação com o que pode ser considerado mobilidade social, pelo fato de estarem morando em um local melhor do que a condição em que viviam antes, faz muita diferença para quem *escolhe* estar neste local. Ao contrário dos que não puderam optar, ainda que as condições estruturais da nova habitação possam ser exatamente as mesmas.

<[https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Relatorio_Milicias1\(1\).pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Relatorio_Milicias1(1).pdf)>. Acesso em 09/06/2016.

²⁹ Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6618859-Ta-ruim-mas-ta-bom-sobre-o-programa-minha-casa-minha-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 20/10/2015.

O que ainda pode ser corroborado por Mendoza (2016, p. 716), após uma pesquisa de revisão bibliográfica de textos do *Web of Science* e *SciELO* no período de 2011 a 2016, concluindo que, em toda a América Latina, o Estado vem atuando como um agente promotor de gentrificação indireta, remetendo os moradores para mais longe de seu antigo núcleo social, funcionando como um facilitador para as atividades do lucrativo mercado imobiliário e suas formas de exploração de venda do solo gentrificado.

V. Conclusões

À guisa de conclusão, temos que:

1. Os determinantes externos que levaram à remoção dos moradores das áreas onde o poder público executou intervenções urbanísticas, desenvolvendo obras de infraestrutura para os preparativos em função dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, estão relacionados ao plano urbanístico municipal do Rio, a uma valorização imobiliária oportunista das áreas de remoção e da necessidade de a cidade corresponder à expectativa internacional de condições satisfatórias para sediar megaeventos esportivos.

São, portanto, o que a literatura chama de *riscos fabricados* (GIDDENS e SUTTON, 2015, p. 96) que representam diferentes probabilidades de risco em que o novo plano urbanístico redundou de fato na remoção dos moradores.

2. Foi apurado que algumas áreas desapropriadas na cidade do Rio de Janeiro, e que consequentemente resultaram em remoções, foram subutilizadas ou nem chegaram a ter qualquer destinação.

Em muitos casos as remoções não atingiram o objetivo urbanístico pretendido pelo poder público, mostrando-se, na realidade, um processo de higienização social, ainda que o discurso oficial do poder público municipal adote o eufemismo de que os



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

moradores “saíram de suas casas” em decorrência de riscos a que estavam expostos; não há, no discurso oficial, menção ao termo “remoção”.

3. As vias indenizatórias da Secretaria Municipal de Habitação são insuficientes para assegurar novas condições de moradia aos removidos que lhes permitissem residir próximo ao local de onde foram removidos.

Muitos reassentamentos chegam a 40/60 Km de distância do local da antiga moradia, situação dos que foram removidos da região central ou portuária para a zona oeste da cidade.

4. O custo de vida dos moradores removidos foi impactado pela distância dos locais de reassentamento.

As remoções levaram os moradores para longe de seu local de trabalho, prejudicando-lhes o meio de subsistência, devido às dificuldades da menor mobilidade. Muitos perderam seus postos de trabalho em função da distância e dos custos com transportes em deslocamentos pendulares diários.

5. Em vários locais de reassentamento os moradores ficaram expostos a situações de risco e conflituosidades que eram inexistentes nos antigos locais de moradia. Em muitas situações houve o reassentamento de comunidades em locais ocupados por facções criminosas rivais da facção que atua no local de origem dos moradores.

O poder público não se preocupou em assegurar condições de segurança nos novos locais de moradia, a despeito do conhecimento e notoriedade do quadro de violência e criminalidade que existe em vários bairros da cidade, seja pela influência da atuação da milícia ou do narcotráfico.

6. Muitos moradores admitem que estão alojados em melhores moradias, porém insatisfeitos com sua nova condição de vida, segregados espacialmente e alijados de suas relações sociais e simbólicas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O que demonstra a inefetividade de políticas públicas que agem arbitrariamente mascaradas pela discricionariedade política, desconsiderando os anseios e necessidades daqueles a quem são dirigidas.

VI. Bibliografía

BENTHAM, Jeremy. *Panopticon; or, the Inspection-House*. T. Payne, London, 1791.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iracy D. Polleti. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süsserkind; apresentação e revisão técnica, Frederico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena et Al. *SMH: removals in the Olympic city*. [eletrônico] Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 1987

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

MELO, Luiz Martins de. A infraestrutura de serviços públicos e o território urbano. In: LEAL, Claudio Figueiredo Coelho et al. (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015. p. [410]-434.

MENDOZA, Félix Rojo. La gentrificación en los estudios urbanos: una exploración sobre la producción académica de las ciudades. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 697-719, set/dez 2016.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

VAINER, Carlos. *Os megaeventos e a cidade* [recurso eletrônico]: perspectivas críticas/ organização Carlos Vainer... [et. al]. 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VALENCIO, Norma. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 748-762, dec. 2010.